



5450 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

VIVEMOS PARA LUTAR, LUTAMOS PARA VIVER... A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA NA VIDA POLÍTICA DA SOCIEDADE

Bárbara de Oliveira Gonçalves - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

VIVEMOS PARA LUTAR, LUTAMOS PARA VIVER... A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA NA VIDA POLÍTICA DA SOCIEDADE

Resumo

A infância inserida em um contexto de lutas apresenta pistas significativas a respeito da vida política que as crianças desenvolvem na sociedade. Investigar o reconhecimento das crianças enquanto sujeitos políticos e as relações de legitimidade que atravessam a participação infantil na luta pela transformação da realidade foi o objetivo da pesquisa que aqui se apresenta. Por meio de análise etnográfica realizada junto às crianças Sem Terrinha, percebemos a identificação destas com a organização de seu grupo de pertencimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com quem atuam na luta pelo direito a terra, desenvolvendo simultaneamente espaços de organização política próprios da infância, construindo novas metodologias e reivindicações específicas junto a seus pares. Partindo dos aportes da Sociologia da Infância, considerando que as crianças integram realidades específicas, sendo capazes de compreendê-las e modificá-las, acreditamos que o debate a cerca da participação infantil é fundamental para a defesa de uma sociedade democrática.

PALAVRAS CHAVE: Infâncias políticas. Crianças Sem Terrinha. Participação infantil.

Introdução

A participação das crianças nas diferentes esferas da sociedade levanta questões a respeito de sua condição enquanto sujeitos políticos. Embora o conceito de infância venha conquistando o reconhecimento de que as crianças são sujeitos histórico-sociais, cidadãos de direitos, que possuem diversidade e produzem cultura, continua-se excluindo esses indivíduos das esferas políticas da sociedade.

Partindo dos aportes da Sociologia da Infância que considera que as crianças são parte constituinte do mundo e integram uma realidade social específica, que se relacionam entre si e com todos os outros que as cercam, com quem irão elaborar sentidos para sua existência, direção para suas ações, procurando compreender as relações sociais nas quais estão inseridos, modificando-as à sua maneira e cultura, podemos investigar de que maneira as crianças procuram se posicionar diante dos problemas sociais que vivenciam, como os percebem e de que maneira se organizam na luta pelos seus direitos, entre eles o direito de organização e reivindicação por aquilo que acreditam e defendem.

A presença infantil no seio dos movimentos populares e, em particular suas instâncias e organizações específicas desenvolvidas, acabam fazendo com que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desponte como um espaço privilegiado de observação. A atuação organizada das Crianças Sem Terrinha em um movimento popular que possibilita, apoia e incentiva a participação infantil foi observada por meio de pesquisa etnográfica durante o XX Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha do Rio de Janeiro no ano de 2017, um momento de intensa mobilização e concentração ideológica. A observação dessas crianças em luta forneceu de maneira privilegiada elementos que irão fundamentar as análises aqui apresentadas.

No decorrer da pesquisa constatamos que as crianças e as infâncias observadas estiveram, à sua maneira, diretamente vinculadas à vida política e econômica da sociedade, participação que foi impulsionada por meio de sua organização em movimento social e que se faz necessária por questões materiais e culturais que a vida impõe a elas. O MST atribui à infância grande importância na luta pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa e democrática, desenvolvendo também espaços de organização política próprios da infância, que valorizam e impulsionam sua participação em diferentes instâncias sociais.

Embora o dilema sobre a participação infantil seja bastante atual, o MST, movimento que organiza as lutas camponesas há 34 anos[1], já procura lidar com ele desde sua origem. A existência de crianças é condicional a toda história da humanidade, e, sejam quais forem as batalhas e transformações pelas quais passou a humanidade, de todas elas a infância participou, de maneira organizada ou espontânea, vista com heroísmo ou vitimada, sendo impossível separá-la de sua classe, das mazelas que a oprimem ou mesmo da luta que vivencia seu grupo de pertencimento social. Logo, por mais que existam leis específicas de proteção à Infância e que se tenha alcançado o reconhecimento social de

que esta é uma fase da vida humana que precisa de cuidados especiais, é somente com o desenvolvimento de uma sociedade que seja justa para todos que as crianças em geral poderão ser de fato livres da violência e efetivamente protegidas.

Sendo assim, nos movimentos sociais, em particular nos movimentos populares de luta pela moradia e propriedade da terra, movimentos que envolvem a unidade familiar em sua totalidade, onde as crianças muitas vezes não conseguem escapar seja da dura realidade dessas famílias, seja do confronto organizado pelo Estado sob a forma de reintegração de posse, e outras mais, as crianças participam não apenas como vítimas de um sistema desigual, mas com maiores chances de saírem vitoriosas dessas situações, como atores sociais que se apropriam da sua própria luta.

Podemos afirmar que desde a sua criação, enquanto movimento social que não podia separar as crianças das famílias em luta pela terra, observando não apenas sua existência, mas a convivência destas com questões pertinentes à sua participação no seio de seu movimento enquanto sujeitos pertencentes a uma classe social específica, com problemas e reivindicações particulares a seu grupo geracional, que o processo educacional democrático em seu interior fez sentir a necessidade não só de aceitar sua participação na esfera política do movimento, mas de valorizá-la a ponto de incentivar e estimular o desenvolvimento de suas próprias instâncias e luta e organização. Afinal, segundo Ramos,

(...) a luta das crianças faz parte da luta do conjunto do MST, da materialidade concreta da vida da classe trabalhadora que não tem trabalho, não tem terra, e nem acesso aos direitos básicos se não lutar. As crianças da classe trabalhadora convivem com os diferentes tipos de violência no Estado capitalista. Os Sem Terrinha convivem com a violência desde o momento que seus pais não têm o trabalho, moradia e condições mínimas de sobrevivência, e por serem filhas da classe trabalhadora, vinculada ao movimento popular, desde pequenas lutam. A criança está presente no MST desde a sua origem, acompanha sua família desde as primeiras ocupações de terra. (RAMOS, 2016, p.67).

Ou seja, desde seu início as crianças estão presentes na luta, no Movimento, essa, aliás, é uma característica muito forte de toda luta social que envolva a família de modo geral. A família, e além desta o grupo social do qual a criança faz parte, a partir do momento que se torna consciente das explorações que sofre, e passa a se organizar e resistir, se torna também responsável pela educação e formação das novas gerações seguindo esta mesma direção. Assim, a formação dentro da perspectiva da luta, se torna parte da ética responsiva dos adultos que se relacionam com essas vidas infantis, na medida em que a luta formula princípios e oferece um horizonte político que não poderia jamais ser negado às futuras gerações.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram necessários a observação em campo, o registro, o levantamento teórico e a análise da documentação. A etnografia como forma de aproximação do cotidiano da luta que essas crianças se veem envolvidas e a investigação participante possibilitaram não só vivenciar esses momentos, mas também apreender os signos, os sentidos e os significados de cada momento, instrumentos, objetos e atitudes. Para Angrosino *“os etnógrafos se ocupam basicamente das vidas cotidianas rotineiras das pessoas que eles estudam”* (2009, p.31).

Importante destacar ainda que a força da coletividade das crianças Sem Terrinha irá se constituir não só no caráter subjetivo da pesquisa, mas também acarretou uma não individualização das falas e ações infantis, já que elas apareciam geralmente em um contexto de coletividade, uma complementando a outra, em uma dinâmica própria dos movimentos sociais.

Para Caldart (2003), pesquisadora e educadora do MST, o movimento é o coletivo, é o grande sujeito da luta pela terra e é também o grande educador. Somente na relação com os outros que os indivíduos se desenvolvem a si mesmos, e, ao mesmo tempo, é a força do coletivo, a partir das múltiplas ações individuais e históricas que garante as conquistas de toda uma classe ou categoria de pessoas.

Ninguém conquista sua terra sozinho: as ocupações, os acampamentos, os assentamentos, são obras coletivas. A força de cada pessoa esta em sua raiz, que é a sua participação numa coletividade com memória e projeto de futuro. É fazendo parte do coletivo e de suas obras que as pessoas se educam; não sozinhas, mas em relação umas com as outras, o que potencializa o seu próprio ser pessoa, singular, único. (CALDART, 2003, p. 57).

Percebemos tal coletividade de maneira mais clara na transcrição das falas infantis listadas no Encontro, que podem soar incompletas, esvaziadas quando citadas soltas, mas se tornam um texto dialógico ao passo em que são percebidas como uma construção coletiva. Essa noção de coletividade que permeia o movimento popular se realiza com grande importância na pedagogia do MST, que não se resume simplesmente ao que deve ou não deve acontecer nas escolas, mas alcança o espaço de vida dos indivíduos. O princípio educativo é dessa forma, o próprio movimento. O MST se apresenta, nesse sentido, como *sujeito pedagógico* que trabalha no resgate da dignidade humana, inserindo *“os pobres de tudo”* no projeto político do país, transformando os sujeitos em protagonistas de seu momento histórico, herdeiros e continuadores de uma luta secular.

A identidade *Sem Terra*, assim com letras maiúsculas e sem hífen, como um nome próprio que identifica não mais sujeitos de uma condição de falta: não ter terra (sem terra), mas sim sujeitos de uma escolha: a de lutar por mais justiça social e dignidade para todos, e que coloca cada Sem Terra, através de sua participação no MST, em um movimento bem maior do que ele; um movimento que tem a ver com o próprio reencontro da humanidade consigo mesma. (CALDART, 2003, p.51).

Dessa forma, a coletividade acabou também influenciando diretamente a metodologia da pesquisa com as Crianças Sem Terrinha, que inscrevem sua autoria coletiva, sem deixar de expressar suas individualidades, no desenvolver do

projeto, ao fiscalizar e ressaltar para o pesquisador a todo instante o que deve constar no trabalho: “Você anotou isso? É importante”, ou não poderia ser registrado: “Não quero sair na foto.”.

Assim, embora “fazer pesquisa etnográfica com crianças pequenas envolve um certo número de desafios uma vez que os adultos são percebidos como poderosos e controladores de suas vidas” (CORSARO, 2005, p. 443), nos parece também que em alguns contextos estes podem também, sem muita dificuldade ser incorporados por elas em seu meio, já que ao mesmo tempo em que nos reconheciam como os tais “controladores de suas vidas”, também nos solicitavam para auxiliar na mediação de conflitos, encontrar pertences pessoais, localizar pessoas, solucionar problemas, até para um colinho eventual e questões de diversas ordens. Ampliando a parceria entre adultos e crianças, possibilitando a aceitação e permitindo nossa presença ali e participação em nossos papéis socialmente definidos.

Por outro lado, o comprometimento com as crianças, a seriedade com que lidamos com suas questões, sempre relacionadas às complexidades que as cercam, é essencial para estabelecer o respeito que estas merecem não só como parceiras de pesquisa, quando nos permitem observar e se expõe a nós, ou não, mas também em todos os outros aspectos da vida social, quando com elas nos relacionamos em qualquer âmbito da sociedade.

Crianças Sem Terrinha: Infâncias presentes na Luta

Em um país de dimensões continentais, causa espanto, se não vergonha e indignação que o problema da distribuição de terras para o sustento do povo não consiga se realizar. A atualidade da temática referente à luta pela terra se revela pelos dados colhidos pelo último censo do IBGE a respeito da concentração fundiária no país, que demonstram não um imobilismo, mas até mesmo o aumento da desigualdade regional e da distribuição das terras, que são medidas de acordo com o chamado Índice de Gini da estrutura agrária do país e, quanto mais perto esse índice está de 1, maior a concentração de terras. O IBGE (2009) mostrou um Gini de 0,872 para a estrutura agrária brasileira, superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856).

Essa luta envolve não apenas os camponeses, mas os povos indígenas, historicamente dizimados, oprimidos e sonegados em seu direito à terra e autodeterminação, o povo negro, quilombolas, a quem sobretudo se dirigiu a Lei de Terras de 1950, sancionada assim que se iniciou o lento processo que foi o fim da escravidão no Brasil, tornando os escravos recém libertos em sem terras, as populações ligadas às florestas, os ribeirinhos, extrativistas, as comunidades pesqueiras e etc.

Embora pouco divulgadas e conhecidas nos centros urbanos, as disputas entre Estado, latifúndio, mineradoras, madeireiras e população do campo (camponeses, indígenas, quilombolas, comunidades pesqueiras, extrativistas, ribeirinhos e etc.) envolvem não apenas o caráter de conflito no qual se inserem as populações pobres que lutam pela terra, mas também a luta pelo acesso à água, contra a superexploração e o trabalho escravo, e etc.[2].

Assim, sem perder a perspectiva da luta, a dimensão de classe, a organização política e a elaboração de um projeto político coletivo, o MST foi incorporando as crianças e desenvolvendo ferramentas e concepções pedagógicas em um contexto de colaboração internacionalistas, se inserindo na luta dos trabalhadores de todo o mundo, contrapondo os interesses da burguesia e do imperialismo na Educação destinada aos sujeito do campo. As crianças, presentes na luta desde o início da história das classes sociais, foram lutando também por espaço e conquistando formas próprias de organização.

A história das crianças, no Brasil, é uma história de tragédias cotidianas e consecutivas: de crianças filhas de escravos vendidas e separadas dos pais; do abandono de recém-nascidos na Roda dos Expostos; do trabalho infantil na lavoura, na cozinha ou mercado informal; do recolhimento em instituições de “recuperação”, enfim uma história marcada por situações de violência contra crianças. **A história da luta pela terra no Brasil é também a história das crianças nessa luta.** (BARRROS, 2013, p. 118, grifo nosso).

Hoje as crianças Sem Terrinha não só se inserem de maneira reconhecida na organicidade do próprio movimento, mas possuem pautas e instâncias próprias que lhes permitem tratar, à sua própria maneira, questões que lhes dizem respeito. Entre essas instâncias estão as **Cirandas Infantis**, as **Jornadas dos Sem Terrinhas**, os **Encontros Regionais e Estaduais** realizados no mês de outubro e agora também o **I Encontro Nacional** que ocorreu em 2018 (RAMOS, 2019).

A organização política das crianças Sem Terrinha

O XX Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha (RJ) que ocorreu entre os dias 28 a 30 de outubro, recebendo cerca de 200 crianças e adolescentes de diferentes áreas do estado com idades variadas[3], tendo como temática: *Por Escola, Terra e Alimento Sem Veneno! Rumo ao I Encontro Nacional*.

Teve como sede uma escola pública, cedida para o Encontro, o CAP da UFRJ localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ). A abertura do Encontro se deu na quadra poliesportiva da escola, onde uma comunicadora social vestida sobre pernas de pau e outra vestida de palhacinha convocavam as crianças, por meio de palavras de ordens conhecidas do movimento e chamadas pelas regiões presentes, canções, gritos de empolgação, pulos de alegria, ciranda de roda e contação de história, com a participação das crianças por meio de dinâmicas de expressão corporal.

Posteriormente foi feita uma plenária em um espaço que tinha sido organizado no pátio coberto da escola, onde haviam sido dispostas cadeiras para as crianças em forma de Assembleia, saudações às regiões, falas de amigos e apoiadores e palavras de ordem deram o tom à dinâmica inicial do evento. Como parte da mística, as crianças cantaram o hino do MST, gritaram palavras de ordem, além de discernirem cartazes, faixas, livros e fotografias, objetos que compunham o cenário apresentando elementos considerados específicos das culturas infantis e que remetiam também a coletividade que ali se reunia. A mística é um conceito desenvolvido pelo Movimento, dela fazem parte os símbolos da luta como a bandeira, o hino, palavras de ordem, canções, gestos, etc.

Mística é o que anima a ação. (...)

A mística nasce do coração. É a dimensão do sentir, do querer, do amor e do ódio, do sonho e da rebeldia, da alegria e da esperança. Mas não pode se limitar a isso. Precisa ser atravessada pela Razão.

Ou seja, a mística é também uma crença num projeto de sociedade e num ideal de vida. (MST, 1993).

Em seguida houve uma pequena conversa e algumas explicações, as educadoras do MST procuraram fazer com que as crianças falassem um pouco sobre o que tinham vindo fazer ali, de que maneira compreendiam o Encontro e o que esperavam dele. Timidamente, as crianças deram as mais diferentes respostas:

Pra comer melancia.

Porque eu bebi suco.

Não sei.

Pro Encontro dos Sem Terrinha.

Sobre o que se faz no Encontro as crianças disseram:

Brincar.

Pra comemorar ser um Sem Terrinha.

Pra ir no museu.

Os sentimentos sobre o que tinham feito (comer melancia, beber suco), misturados às expectativas delas (brincar, ir ao museu), se unia com a alegria e a identificação daquele momento de luta tão próprio delas (pra comemorar ser um Sem Terrinha), revelando naquele instante que o sentimento alegria percorria de maneira livre a identidade de luta das crianças, com a força do coletivo, a união de diversas regiões mostrando que não estavam sós, trazendo para a dureza de seus cotidianos a leveza da esperança por transformação social.

Durante a parte da manhã, as crianças foram convidadas a ocupar diferentes salas separadas por região, onde elas deveriam escolher seus coordenadores, para isso elegeram um menino e uma menina para a função de comunicadores. No momento da escolha diversas dinâmicas foram tentadas, em geral as crianças levantavam o braço para o candidato de sua escolha, o que não deu certo, uma vez que as crianças todas votavam em todos os candidatos a todo momento. Finalmente uma das educadoras escreveu o nome de todos candidatos no quadro, deu-lhes um tempo para se apresentar e pediu que cada criança dissesse apenas um dos nomes, o que preferisse para representá-la.

O interessante nesta dinâmica é observar como a metodologia em geral adotada pelos adultos não precisa funcionar para as crianças, e como elas podem desenvolver não só suas demandas, mas também a forma que irão trabalhar e se construir enquanto sujeitos ativos politicamente. Não engessar, não julgar a criança como incapaz, mas garantir-lhe tempo, espaço e apoio para que possa produzir caminhos diferenciados é fundamental para a participação infantil na sociedade e nos dá pistas valiosas a respeito de nossas dinâmicas enquanto educadores.

A seguir as crianças foram convidadas a elencar questões que vivenciam em suas regiões e que seriam desenvolvidas em carta que seria entregue na ALERJ.

Lá não tem problema, só o prefeito gordo.

Risos por toda sala. Tripudiar pode não ser politicamente uma solução, mas é certamente uma vingança ao descaso e covardia. O prefeito gordo, certamente não incomoda por ser gordo ou magro, mas por encarnar os problemas que aquela área vivencia. Estimulados então a opinar sobre o que falta na área deles, os principais problemas, as reivindicações, crianças e adolescentes dispararam num encadeamento de ideias:

Tá faltando pagamento

Comida!

A gente vai reivindicar, o que é isso?

Falar sobre

É exigir nossos direitos!

É tipo fazer protesto.

Fora Temer!

É, fora Temer também! Vamos colocar isso.

Eu quero energia!

Todo mundo vai escrever a carta junto?

Por que gritam fora Temer?

Aqui uma educadora resolve intervir e devolve a pergunta a eles: *“Alguém sabe explicar? Por que gritamos Fora Temer!?”*.

É corrupto!

Ele põe veneno.

É agrotóxico!

E faz lavagem de dinheiro.

Eu não sei.

Ele tá tirando o salário dos brasileiros.

É muita coisa.

Eu quero aprender a ler para poder responder.

Ele tá tirando os nossos direitos.

Apesar de transcritas aqui uma após a outra, as falas infantis ocorrem em um momento caracterizado pela dialogicidade, algumas são simultâneas, outras refletem sobre as anteriores, procuram concordar ou complementar as informações, muitas ecoam em tom de repetição e apoio. O tempo do diálogo difere da lógica da escrita, ele permite que a conversa vá por diversos caminhos e volte quantas vezes precisar. As crianças em suas falas sucessivas constroem conhecimento político, dividem sua concepção e conhecimento a cerca do mundo e dos fatos vividos, percebem a influência de acontecimentos grandiosos em sua vida cotidiana, atuam de maneira política, apontam, discutem, respondem umas às outras, questionam, expõe problemas singulares e percepções a cerca da educação e sua importância.

Novamente intervém uma educadora: *“E é disso que se trata agora... Nossos direitos. Vamos falar um pouco sobre isso, Alguém falou comida, falta comida, gente? E energia? Eu ouvi também...”*.

Comida sem agrotóxico.

Falta de luz

Falta de água

Falta de salário e de comida.

Falta de pagamento aos servidores.

Falta de vergonha na cara.

Falta o restaurante de um real.

O desemprego.

Observando os risos, a educadora chama a atenção: *“Gente, esse é um documento sério, é uma das únicas formas que temos para mudar as coisas. O que vamos por na carta?”*.

Falta de transporte!

É, ônibus!!

Os bichinhos morrem...

Falta de esgoto!

Postinho... Não temos um postinho perto.

A rua tá toda esburacada.

Quando chove enche de água.

Falta de comida.

Falta escola, falta estudo.

A escola precisa melhorar.

Falta material escolar.

Verba para Educação.

Falta de professores.

Falta de direitos.

Educadora tentando ajudar a fomentar a discussão: *“Que direitos vocês tem? Vocês conhecem o ECA? Vocês tem direito à saúde, educação, diversão! Vocês sabiam que diversão, lazer o Estado precisa dar a vocês? O que mais podemos escrever aqui?”*.

Melhorar a nossa escola.

Falta de médico.

Falta de remédios.

Faltam máquinas para tirar raios-X.

Falta de hospital.

Falta de água na escola.

A ideia do lazer, como a questão dos parques tantas vezes solicitadas nos Encontros das regiões não aparecia de jeito nenhum agora.

Após as plenárias, o Encontro seguiu com atividades diversas. Foram realizadas visitas ao Museu do Amanhã, ao Aquário da Cidade do Rio e ao MAM (Museu de Artes Moderna do Rio) que são demarcações políticas também, um movimento infantil de ocupar espaços culturais, científicos e de lazer da cidade.

Culminando o Encontro, as acriações foram até a ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) onde participaram de uma Audiência Pública contra o fechamento das escolas no campo. A sala da plenária ficou cheia, as crianças lotaram o local, uma onda vermelha de meninos e meninas vestidos com suas camisas e bonés entoavam palavras de ordem, estar ali os fazia visíveis para a sociedade, gritavam alegremente, por que seriam finalmente ouvidos. Uma educadora, um menino e uma menina subiram ao pleno, onde foi lida a *“Carta das Crianças Sem Terrinha do Estado do Rio de Janeiro”* produzida no Encontro. Em seguida foi realizada a denúncia contra o fechamento de 198 escolas em

áreas rurais entre os anos de 2007 e 2013 no estado do Rio de Janeiro (NATARIO, 2007), o que faz com que as crianças e adolescentes tenham que cobrir um deslocamento muito maior a fim de concluir seus estudos nas escolas das cidades, em transportes muitas vezes precários e em instituições que não abordam questões relativas ao cotidiano da vida no campo. Entre outras reivindicações, a qualidade da educação e a infraestrutura das escolas foram lembradas.

Por fim, seus rostinhos cansados exibiam sorrisos satisfeitos de quem tinha cumprido a missão. No final, sentados na escadaria para esperar o lanche e os ônibus, todos aguardavam o momento de seguir para seus assentamentos e acampamentos, de volta para rotina diária, pra luta cotidiana.

Considerações Finais

Falar sobre infância de uma perspectiva adulta e de campo para quem sempre viveu na cidade constitui um duplo desafio, é, porém, partindo da importância da temática a ser desenvolvida e do princípio baseado no respeito, do qual nos fala Korczak (1986), ao abordar a infância, que procuramos desenvolver nossas observações e todo o trabalho que se seguiu a elas.

O repetido às crianças enquanto sujeitos é um foco norteador de todo trabalho, inclusive na constatação de seu direito à participação social e política na sociedade, visto sua atuação no seio de um movimento social, a necessidade de construção de um movimento próprio que contemplasse não só suas reivindicações, mas sua dinâmica e metodologia além de abarcar sua compreensão de si mesmos enquanto sujeitos históricos, a sua força forjada na coletividade de sua luta, suas especificidades e sua inserção em uma luta geral e mais ampla, pela transformação social.

São crianças que constroem uma identidade coletiva bastante específica, lutando por seus direitos dentro e fora do movimento, conquistando seu espaço e garantindo sua própria organização. As crianças Sem Terrinha crescem conscientes de sua condição diferenciada, conhecem a história de luta de seus antepassados, sejam seus pais, vizinhos, ou até heróis internacionalistas, tem a opção de dar continuidade a essa luta, e vão além, na busca pela construção de uma sociedade mais justa, propondo também novas formas de lidar com a infância. São, segundo eles mesmos declaram, em um documento intitulado *Carta dos Sem Terrinha ao MST*, elaborada no 3º Encontro Estadual dos Sem Terrinha do Rio Grande do Sul em 12 de outubro de 1999, **crianças Sem Terrinha**, demonstrando identificação com o movimento no qual atuam com seus responsáveis, e especificidades, oriundas de questões muito particulares de seu grupo etário.

Somos filhos e filhas de uma história de lutas. Somos um pedaço da luta pela terra e do MST. Estamos escrevendo esta carta pra dizer a você que não queremos ser apenas filhos de assentados e acampados. **Queremos ser SEM TERRINHA, pra levar adiante a luta do MST.** No nosso país há muita injustiça social. Por isso queremos começar desde já a ajudar todo mundo a se organizar e lutar pelos seus direitos. Queremos que as crianças do campo e da cidade possam viver com dignidade. (ROSSETTO, 2009, p. 196, grifo nosso).

Ou seja, os Sem terrinha não são vistos como uma preparação para os futuros militantes do MST, mas se constituem enquanto uma organização própria da infância Sem Terrinha. Uma infância sempre presente nas lutas, desde a barriga de suas mães, enlaçadas nos colos, juntas lado a lado, dando as mãos, acompanhando suas famílias, carregando símbolos e bandeiras, gritando e entoando canções, animando a todos, seja pela sua vitalidade, seja pela necessidade de se lutar por elas também, e que com o tempo, a partir de características e peculiaridades, mas acima de tudo pelo seu caráter participativo e atuante foi ganhando maior proporção e destaque.

Segundo o próprio MST, como parte de um coletivo elas também tem direito de se expressar e ser compreendidas.

Acima de tudo, a educadora, o educador infantil precisa reconhecer a criança como sujeito que tem direitos, desde bebê é alguém que merece ser respeitado na sua singularidade, que tem importância para a coletividade, pois é parte desse coletivo e, portanto, deve ter oportunidade de se expressar e ser compreendido. (MST, 2004, p. 42).

A questão da coletividade permeia todo o movimento, é a característica imperativa para a existência deste, começa com o objetivo em comum, transformado em força social pela ação conjunta, é o que atravessa toda ordem e esfera de ações do movimento. A perspectiva da infância como categoria social que vem sendo construída a partir das contribuições apresentadas pelos estudos da Sociologia da Infância, gerando subsídios para um processo reflexivo que não a resumisse a uma categoria intermediária, uma fase do amadurecimento físico e psicológico, oferecendo contribuições que nos ajudam a compreender a infância em suas dimensões sócio-históricas e culturais, que apresenta características próprias e universais, mas também rejeita a seu modo o engessamento que as teorias mais tradicionais procuram lhe impor, reconhecendo que as crianças participam da vida social de diferentes formas, sendo influenciadas por um determinado contexto e nele atuando.

Portanto, para se compreender a infância, torna-se necessário não só percebê-la como uma fase da vida humana que possui predicados comuns, mas se torna fundamental tomá-la como parte da sociedade, como fruto do processo histórico que possui suas dimensões culturais e suas especificidades próprias.

A compreensão da infância como construção social e das crianças como sujeitos atuantes na sociedade, é considerada atualmente um paradigma das pesquisas sobre Infâncias e Crianças.[14] Isto porque, partindo de tal concepção, se torna possível reconhecer não só as diferentes infâncias que irrompem na história, mas também os demais atravessamentos possíveis que as constituem e as distinguem em cada época e local, permitindo também perceber as crianças como sujeitos que estabelecem relações sociais com outros sujeitos, participando da sociedade com diferentes papéis históricos, culturais, sociais e até econômicos, atuando em meio à sua realidade. Sendo a questão da idade um fator não apenas biológico, mas um fator de diferença que é produzido e aprofundado pelas relações etárias de poder, que acarretam de maneira material e discursiva uma condição de dependência e subordinação desses sujeitos na sociedade.

(...) a infância não é um fenômeno natural e a descendência humana não é automática. A infância como um fenômeno social ocorre dentro de um ordenamento contínuo de gerações. As estruturas de gerações são então compostas de categorias de geração, a infância e a vida adulta, ligadas por uma interdependência recíproca e através de relações de poder, envolvidas por processos sociais. (KOMINSKY, 2010, p.128).

O esforço em compreender essas relações de poder desiguais que se estabelecem nas interações sociais entre adultos e crianças, envolve também a necessidade de superá-las. Neste sentido, a sociologia tem nos ajudado a construir um saber centralizado nas crianças, tomando-as como sujeitos ativos, parceiros, autores e sem perder de vista o interesse maior delas na elaboração de um conhecimento que esteja a serviço delas.

A postura de tutela que historicamente vêm sendo imputada às crianças é fruto de um olhar que confere ao adulto a autoridade de enunciação, de dizer e prescrever o que a criança precisa. Isto justificaria que, à despeito de toda a especialização produzida em torno da infância, no que se refere às políticas, as crianças permanecem na condição de objeto, uma vez que historicamente as políticas "para" a infância vêm sendo erigidas em torno da ótica dos direitos e não da ótica da participação infantil. (PEREIRA, 2015, p. 59).

A dificuldade em se compreender a participação ativa das crianças na construção social da infância, e o estabelecimento desta categoria em meio a uma existência social plena, que influencia e é influenciada pela sociedade e cultura em meio a qual acontece, reforça sua posição de subordinação social.

Ao considerar sua existência enquanto uma categoria que possui suas especificidades torna-se imperativa a realização de políticas específicas voltadas para esses sujeitos. A negação, porém, de sua atuação social, anulando a possibilidade de sua participação ativa por meio do discurso da incapacidade, faz com que uma série de políticas necessárias à infância, principalmente as que se relacionam à proteção sejam consideradas importantes, porém insuficientes, pois impõe além da política do silenciamento, do desinteresse e da falta de representatividade, a supressão da vida coletiva reforçando assim a assimetria das relações sociais.

A interdição simbólica de pensar as crianças a partir da positividade das suas ideias, representações, práticas e ações sociais – por outras palavras, a ruptura dos adultos com o pensamento infantil, não como pensamento distinto, mas como pensamento ilegítimo, incompetente, impróprio e inadequado –, sendo filosófica e pedagogicamente construída, teve efeitos consideráveis historicamente na regulação das relações sociais e no modo de funcionamento das instituições, especialmente no Ocidente (SARMENTO, 2005, p.368).

Essa concepção nos permite desmistificar a ideia de que o afastamento causado às crianças das questões relacionadas aos problemas sociais e a tentativa de exclusão destas da vida em sociedade, garantiria a proteção à infância. Esse argumento da proteção, contraposto ao direito da participação, na qual se apoiam ainda hoje muitos pesquisadores, revela-se frágil e duvidoso, uma vez que não é possível proteger as crianças dos problemas sociais que fazem parte do seu dia a dia a menos que estes sejam de fato exterminados. As crianças como parte da sociedade vivenciam junto a seu grupo de pertencimento de maneira ainda mais contundente os problemas sociais que os afligem. E desenvolvem junto a toda uma série de ideias que lhes são impostas, sugeridas ou suprimidas, sua própria forma de compreendê-los, de resistir a eles e em muitos casos de lutar contra eles.

Dessa forma, considerar que a criança tem direito à proteção, mas aceitar que esta não pode se efetivar plenamente e nem corresponde a uma contradição antagônica com o campo do direito à participação, exige compreender que as condições que colocam a criança como dependente dos adultos não se resumem a questões de ordem biológica, mas se constroem enquanto fatores estruturantes da sociedade e se aprofundam por meio de medidas culturais, históricas e socioeconômicas.

Assim, a premissa para a atuação política infantil, é a sua participação social, e esta só pode ocorrer inserida no contexto do grupo no qual a criança qual faz parte. Possibilitar a participação social das crianças não caberá a uma decisão dos adultos, sejam eles diretamente responsáveis pelas crianças, ou sejam eles representantes de entidades de proteção aos direitos infantis, uma vez que a criança enquanto sujeito do mundo, que nele habita e atua, desenvolve a seu modo e entre seus pares e grupo social, sua forma de participar. A legitimidade, porém, dessa participação, o apoio às suas necessidades e o exercício humilde da escuta são essenciais para que estas possam desenvolver-se integralmente enquanto sujeitos políticos, indicando para além do que conseguimos perceber, mais do que necessidades: os direitos que gostariam de ter.

Referencias Bibliográficas

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Tradução José Fonseca. Coleção Pesquisa Qualitativa. São Paulo: Artmed Editora S.A., 2009.

BARROS, Monyse Ravenna. **Os Sem Terrinha: Uma história da luta social no Brasil (1981-2012)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. FORTALEZA. 2013.

Brasil. **LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 19 jul. 2018.

CALDART, Roseli Salete. **Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia**. Revista Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, PP. 50-59, Jan/Jun 2003.

CORSARO, William A. **Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 443-464, Maio/Ago. 2005.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Edição Extra. Ano 42 - Nº 233. Revista Comissão Pastoral da Terra, 2017. Goiânia, Goiás.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Org.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1998**. Rio de Janeiro, 1999. v.58, p.1-143-1-152. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena.html>. Acesso em: 19 jul. 2018.

KOMINSKY, Ethel Volfzon. **Pesquisa com crianças e jovens: algumas reflexões teórico-metodológicas**. In: MÜLLER, Fernanda. *Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições*. São Paulo: Cortez, 2010.

KORKZAC, Janusz. **O direito da criança ao respeito**. Tradução Yan Michalski. São Paulo: Summus, 1986.

MST. **Caderno de Educação Nº 12**. *Educação Infantil: Movimento da vida, dança do aprender*. São Paulo, MST, 2004.

_____. **Como trabalhar a mística do MST com as crianças**. Boletim da Educação Nº 2. Janeiro de 1993.

NATARIO, Gustavo. **Educação no Campo: 198 escolas de áreas rurais fecharam no Rio entre 2007 e 2013**. 30.10.2017. *Notícias ALERJ*. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/41674?AspxAutoDetectCookieSupport=1>. Acesso a 30 de abril de 2018.

PEREIRA, Rita Marisa Ribes. **Por uma ética da responsabilidade: exposição de princípios para a pesquisa com crianças**. *Currículo sem fronteiras*, v. 15, n. 1, p. 50-64, jan./abr. 2015.

RAMOS, Márcia Mara. **Educação, Trabalho e Infância: Contradições, Limites e Possibilidades no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. Campinas, 2016. Orientador: José Claudinei Lombardi. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2016.

_____. **Infância no campo: Uma análise do papel educativo da luta pela terra, suas implicações e contribuições na formação das crianças do MST**. Exame de Qualificação (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Educação, ProPED/UERJ. Rio de Janeiro, 2019.

Redação RBA. **Crescem violência e assassinatos de trabalhadores em conflitos no campo**. publicado 16/04/2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/04/conflitos-no-campo-aumentam-e-provocam-mais-assassinatos>. Acesso em 10 de nov. de 2018.

Rossetto, Edna Rodrigues Araujo. **Essa Ciranda não é minha só, ela é de todos nós: A Educação das crianças Sem Terrinha no MST**. - Campinas, SP: [s.n.], 2009. Orientadora: Ana Lúcia Goulart de Faria. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2009.

SARMENTO, M. J. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n.91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

Notas

[1] No ano em que foi concluída a pesquisa (2018).

[2] Em 2017, foram registrados 66 conflitos relacionados à prática da escravidão ou exploração trabalhista, número que fica atrás somente dos 197 conflitos relacionados à água e aos 1.168 conflitos relativos à luta pela terra. (CPT, 2018).

[3] O organização do Encontro planejava a participação de crianças que tivessem entre 6 e 12 anos, porém, a presença de crianças mais novas e de adolescentes de diversas idades podiam ser notadas.

[4] Em seu livro "Sociologia da Infância no Brasil" Faria e Finco (2011) junto aos demais autores, "*Apontam para a construção social da infância como um novo paradigma, com necessidade de elaborar a reconstrução desse conceito marcado por uma visão ocidental e adultocêntrica de criança.*" (p.2).